

Rio Branco-AC, 29 de abril de 2024.

Ao Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente

Carlos Alberto Nasserala.

Boa tarde, Secretário. Só agora consegui ler com a atenção devida a matéria veiculada no site da PMRB sobre a inauguração da 4ª Célula da UTRE. E também assisti ao vídeo institucional com as entrevistas. Ficou muito linda a obra, viu?! E a solenidade, simples, com discursos adequados, moderados, baseados na opinião dos técnicos, imprimiu ainda mais credibilidade ao conteúdo em geral das informações essenciais.

As fotos do Evandro Derze ficaram muito boas. A galeria de fotos faz uma grande diferença na matéria. Porque quem não foi ou não teve a oportunidade de conhecer esse relevante investimento do Município de Rio Branco, pode ter um vislumbre de sua importância. Eu não fui à inauguração da 4ª Célula. Mas visitei a UTRE em 2009, logo após ela ser inaugurada, quando o Raimundo Angelim era o Prefeito e o Arthur Leite era o Secretário Municipal de Meio ambiente. Naquela ocasião, pelo que me recordo, ficaram duas células prontas para uns 16 anos, e área para construção de mais umas quatro. Também creio que ficou pronta uma célula só para lixo hospitalar e uma vala para animais, com manta. Vi com meus próprios olhos. E fiquei pasmado com a qualidade, a técnica, a funcionalidade, a imponência e a relevância social e ambiental daquele investimento.

Daí a importância desse amplo registro fotográfico na matéria. Eu irei visitá-la assim que possível. E seria maravilhoso se toda a população de Rio Branco pudesse conhecer a UTRE, a começar por visitas regulares das crianças e adolescentes de todas as escolas públicas e privadas, acompanhadas dos técnicos que possam dar explicações sobre os conceitos básicos da Política Nacional de Resíduos sólidos. Se isso ainda não é feito de modo regular e dentro de uma programação de educação ambiental de nossa população, sugiro que se adote. Palestras, com utilização de recursos audiovisuais, e publicidade institucional também seriam excelentes mecanismos de educação ambiental em geral.

É que a gente produz o que pensa ser lixo, em casa ou no trabalho, joga tudo num saco preto, que por sinal está caríssimo – e aqui eu destaco que muitos, por isso mesmo, aproveitam as sacolinhas de supermercados e feiras –, e coloca na frente da casa, à espera do que costumamos chamar, infelizmente, lixeiros para coletar todo esse “lixo”. A maioria de nós não faz a menor ideia do trabalho que dá todo o processo de gerenciamento de resíduos sólidos. E não faz ideia, tampouco, do imenso conjunto de ações que são exercidas desde a coleta até sua destinação final. Onde esse lixo vai parar? É lá na UTRE, viu?! É pra lá que se dirigem, diariamente, inúmeros caminhões atulhados de tudo o que descartamos em nossas casas, excetuados os poucos que fazem compostagem.

A educação ambiental e a publicidade institucional de caráter informativo e educativo são essenciais à construção de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com a preservação de espaços saudáveis do meio em que vivem. Do contrário, sem consciência, continuarão acreditando que está correta, que é normal, que é cultural, jogar lixo em qualquer lugar, de qualquer modo, de todo o jeito. É preciso que cada um compreenda, em relação ao lixo e aos entulhos que produzem, a resposta adequada à essa questão essencial: “onde é que esse lixo vai parar?”

Não é no Igarapé São Francisco – e em outros poucos cursos de água que resistem em sobreviver em nossos Municípios –, que devemos jogar tudo o que não queremos em casa, e que consideramos lixo. E também não é na beira das ruas e margens das estradas. Muito menos no quintal dos vizinhos! E é pecado mortal juntar entulho e tacar fogo no verão transformando nossa cidade numa antessala do inferno, com tanta fumaça, especialmente no verão. Essa realidade não muda sem conscientização. Pagamos taxas de coleta de lixo em nosso cabedal de impostos. Pronto, cumpra a minha parte; o Município que cumpra a sua, poderiam pensar alguns quanto aos limites de suas responsabilidades quando produzem o lixo. Mas o pagamento da taxa de coleta de lixo não nos desobriga de termos consciência, de reconhecer o valor e respeitar todo o conjunto de esforços que é empreendido, desde a hora em que colocamos nossos lixos em frente de nossas casas até a hora em que ele é depositado no local tecnicamente apropriado.

E vou me alongar, senhor Secretário, porque é preciso que se reconheça, o senhor e o Prefeito falaram muito bem. E poderiam ter falado muito mais, porque há muito o que se dizer sobre a importância desse compromisso com a política nacional de resíduos sólidos, que não se limita a ações do município. Envolve, ou deve envolver toda a sociedade, setores públicos e privados, e também econômicos. Gostei demais da ideia do consórcio

intermunicipal, que é o atendimento de um dos princípios legais norteadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos, fixada em lei e diversos atos normativos. A efetivação desse consórcio é uma grande ajuda aos municípios vizinhos, mais carentes de recursos e de infraestrutura. Imprime, em alguma medida, a melhoria da qualidade de vida da população, com proteção dos lençóis freáticos dessas regiões contíguas ao Município de Rio Branco. Afora os benefícios ambientais e de saúde pública mais amplos.

Eu lembro que ali na estrada de Plácido de Castro, logo após o Posto da Polícia, do lado esquerdo de quem vai àquele Município, havia um lixão horrível. Faz tempo que não vou praquelas bandas. Mas era triste ver um lixão irregular, e os santos urubus fazendo o papel de faxineiros da carniça – mas isso eu vi e vejo em muitos outros lugares, nos arredores das cidades. É senhor, Secretário, vivemos num tempo em que precisamos ter orgulho e dar viva aos urubus, pame! Tamanho tem sido o descaso paulatino, e até agressivo, em nosso país, com o descumprimento de regras ambientais elementares. Uma realidade que vem se alterando pra melhor, gradativamente, graças ao empenho de muita gente e instituições, como se percebe no resultado dessa magnífica obra. E aqui reconheço que a implementação dessa polícia nacional de resíduos sólidos é uma tarefa para décadas, e por prazo indeterminado, nos termos das leis sobre o assunto.

Está de parabéns a Prefeitura de Rio Branco-AC e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, assim como as Prefeituras que aderiram ao Consórcio. Um esforço coletivo dos gestores em prol do bem comum. Isso é alvissareiro. É bonito e republicano. Indica um compromisso efetivo com o objetivo de desenvolvimento sustentável que norteia a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desejo que o Município de Rio Branco, e os demais, assim como os parceiros da iniciativa privada – e a sociedade em geral! – continuem com esse compromisso com a proteção da saúde e do meio ambiente. E que se amplie, pelo amor de Deus! Independentemente de quem sejam os mandatários! Viver em um ambiente sadio é condição de civilidade! (preciso usar essas exclamações!).

Mais que isso, eu vejo o comprometimento com a preservação da saúde e do meio ambiente como uma virtude primária de qualquer pessoa que se disponha à difícil tarefa de gerir um Município. Porque é no município, é na cidade, nas vilas e nos bairros, que vive a maioria da população urbana. E não podemos viver com saúde plena se não tivermos um meio ambiente adequadamente preservado, limpo, equilibrado, com possibilidade de manter puros os mananciais de nossas fontes de água potável, um recurso

natural tão caro ao mundo, e cada vez mais escasso no Acre, em plena Região Amazônica, por razões, em geral, de degradações ambientais históricas, e porque não dizer, de decisões políticas imaturas.

Como cidadão que cresceu nesta cidade, e com ela, e dela se orgulha – mesmo com toda a lama do inverno, a poeira e fumaça do verão –, me sinto feliz de ver esse Aterro Sanitário, que é referência para a Região Amazônica desde quando foi inaugurado, sendo levado em consideração pelo Município de Rio Branco com a seriedade que as regras da legislação sanitária, urbanísticas e ambientais exigem. E nisso, a construção da 4ª Célula, com recursos da ordem de R\$ 6.000.000,00, honra o árduo trabalho dos gestores do passado que o construíram, mantém o respeito com os direitos fundamentais dos cidadãos rio-branquenses e entorno, e representa a disposição da gestão atual do Município em atender às exigências ambientais, urbanísticas e de saúde pública.

Mais que isso, pode ser compreendido como uma ideia de que a missão de quem assume um cargo tão importante, como Chefe de um Executivo Municipal, cujo compromisso deve ser sempre o de **cuidar das pessoas, da cidade e da cidadania**, não visa a obtenção de reconhecimento limitada a seu mandato; mas sim, indica, aponta, compromisso com um projeto ultra geracional. Atende às necessidades de hoje e contempla, potencialmente, as necessidades das gerações futuras, como é mesmo o espírito da legislação de gestão de resíduos sólidos.

É fácil pintar meio fio, caule de árvores, faixas de pedestres. Enfeitar a cidade com luzes natalinas. Nós, cidadãos, adoramos a atmosfera de acolhimento que muitas ações municipais nos proporcionam de tempos em tempos. Fazer isso, ou escolher a cor dos bens de uso comum do povo, por mais controverso que isso possa ser do ponto de vista estético, e especialmente do ponto de vista de racionalização do uso de recursos públicos, é fácil. E quem foi eleito pelo voto popular, até certa medida, dentro de certos limites, em princípio possui discricionariedade e legitimidade para decidir suas prioridades, que passam por algum nível de controle democrático nas instâncias legislativas.

Mas não é fácil investir em obras essenciais. Essas que não aparecem aos olhos de todo mundo o tempo inteiro, como a construção de redes de esgoto, a instalação de um aterro sanitário, o investimento em obras de aprimoramento de captação e distribuição de água potável à população, e tantas outras obras e serviços essenciais. Mas que apesar disso, não são perceptíveis facilmente aos transeuntes motorizados, seja carro seja moto; nem aos ciclistas, nem as pedestres.

São investimentos em obras que custam caro, causam transtornos, mexe com a ilusão de sossego e comodidade da população, seja no verão, seja no inverno. Dão muito trabalho, são caras, complexas, e geralmente não trazem retorno político imediato, na conta dos que só pensam em seus mandatos. Em vez do compromisso que devem ter com sua obrigação democrática mais ampla, mais profunda: com as pessoas, com os seres humanos. Esses que devem ser, segundo minha compreensão dos valores de uma sociedade democrática, objeto da primordial reflexão de um político – de qualquer político – quando tenha de tomar decisões sobre o que fazer e como gastar os recursos públicos em um Estado Democrático de Direito, que tem como alguns de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Não existe vida digna sem saúde. Não existe saúde sem o meio ambiente minimamente equilibrado. Nem mesmo para os que vivem em bolhas de proteção condominial. Todos são afetados pelo que uns fazem ou pelo que outros desfazem, em questões de preservação ou degradação do meio ambiente, porque o meio ambiente é um todo. E o investimento que se faz em execução de políticas públicas voltadas para a adequada gestão de resíduos sólidos – que não é lixo, mas fonte de renda e trabalho para muita gente –, é um investimento de valor inestimável. É investir na dignidade, na auto estima e no amor que as pessoas precisam ter a si mesmas, às suas famílias, às suas comunidades, ao seu lugar, ao cantinho que escolheram para viver.

É assim que me vejo como cidadão. E é assim que nessa condição externo meus parabéns a toda a Equipe da PMRB, SEMEIA e demais envolvidos na conclusão e inauguração da 4ª Célula de aterro sanitário na Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de nossa querida Rio Branco e Municípios consorciados.

Meus parabéns, senhor Secretário! Meus parabéns, senhores Prefeitos!

Cosmo Lima de Souza (Cidadão brasileiro, Procurador de Justiça do MPAC, Membro do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS, Membro da Câmara Temática das Culturas Ayahuasqueiras do Município de Rio Branco, e Mestre em Direito do Estado – Constituição e Sociedade – IDP, Brasília-DF).